

# Ulysses e Sarney discutem rumos da Assembléia

Idéia de Richa é analisada em conjunto com a crise econômica e a radicalização ideológica

TARCISIO HOLANDA  
Repórter Especial

O presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães tomaram café da manhã, ontem, no Palácio da Alvorada, para fazer uma análise conjunta da situação nacional e, principalmente, concluírem um entendimento em torno da necessidade de impor alterações substanciais ao projeto da nova Constituição, a fim de lhe conferir maior coerência e equilíbrio, através de negociações interpartidárias.

Nos últimos tempos, Sarney e Ulysses estiveram com as relações estremitadas, tendo algumas conversas bastante difíceis. Alguns amigos comuns dos dois estiveram envolvidos numa negociação preliminar, que começou na noite de terça-feira última na residência oficial da presidência da Câmara, passou pelo Palácio da Alvorada quarta-feira à noite, para terminar no café da manhã entre o presidente da República e o presidente do PMDB, ontem.

Os amigos que estiveram envolvidos nessas negociações preliminares ao encontro parti-

ram do pressuposto de que a crise nacional é muito grave para que Sarney e Ulysses não se entendam a respeito dos aspectos fundamentais da conjuntura. Há uma convergência de problemas econômicos, financeiros, políticos, sociais e institucionais, os quais estão a recomendar um grande pacto, como o presidente da República tem dito, em diferentes oportunidades.

O fracasso do Plano Cruzado ao lado dos resultados até agora frustrantes da Constituinte se encarregaram de aumentar o descrédito popular em relação ao Governo, às instituições e, principalmente, aos políticos, de forma que essa descrença geral abala o próprio processo de transição democrática, ameaçando-o seriamente.

Esta foi a razão por que o presidente da República considerou recomendável que a própria Constituinte impusesse uma paralisação em seus trabalhos, dando tempo a que se estabelecesse um roteiro de negociações entre as principais forças políticas nela representadas, a fim de que a nova Constituição reflita uma média geral e seus ter-

mos granjeiem o respeito da sociedade.

A tese, no entanto, foi repelida pela unanimidade das principais lideranças da Constituinte. Por esta razão, o Governo pensou na hipótese de uma mudança regimental de forma a permitir que seja apresentado um substitutivo ao atual projeto de Constituição, fugindo ao maniqueísmo entre esquerda e direita, o qual é comparado a um cabo de guerra que se estica e se estica sem que surja qualquer possibilidade de conciliação.

Este caminho ainda encontra muitas dificuldades. Se ele se tornar inviável, a saída, segundo os amigos de Sarney no Congresso e na Constituinte, seria apresentar um conjunto orgânico e harmônico de emendas ao atual texto. Nesse sentido, há vários parlamentares trabalhando na elaboração de propostas que compõem cerca de vinte itens essenciais, que vão do papel do Estado na economia, definição de empresa nacional, reforma agrária, ensino público e privado, direito de greve etc. etc.

Outro ponto importante no entendimento entre Sarney e Ulysses Guimarães diz respeito

ao temário da convenção nacional do PMDB, convocada para os dias 18 e 19 de julho. O Governo acha que a convenção nacional deve discutir as questões programáticas, mas não a duração do mandato e a forma de governo — que não constam do programa partidário.

Os amigos do presidente da República, que estão envolvidos nas negociações — até porque são parlamentares — acham que está aberto o caminho do entendimento, através da elaboração de um documento com as teses partidárias sobre os grandes temas em debate na Constituinte, como a reforma agrária ou a reserva de mercado para informática.

Segundo os amigos de Sarney, o presidente do PMDB também está convencido dos riscos que corre o processo de redemocratização. Consciente de suas responsabilidades, ele concordou em ter "o entendimento franco" que teve, ontem, com Sarney, dispondo-se a agir para comandar as negociações para que a nova Constituição não seja fruto de um desforço entre políticos da esquerda e da direita.

## "Proposta deve ser examinada"

O presidente José Sarney afirmou ontem, momentos antes de embarcar para o Acre, onde se encontrou com o presidente Alan García, do Peru, que a decisão de suspender os trabalhos da Constituinte é uma atribuição do presidente da Assembléia, deputado Ulysses Guimarães. A proposta, do senador José Richa, do PMDB do Paraná, é de que, suspendendo os trabalhos da Constituinte, os parlamentares poderiam elaborar propostas alternativas. Ao lado de Sarney, Ulysses afirmou que "qualquer proposta, seja do Presidente da República ou de qualquer outro cidadão deve ser examinada imparcialmente".

O Presidente disse que quem deve julgar as motivações do senador paranaense em sua proposta é o presidente da Constituinte. "Eu não conheço estas motivações", afirmou José Sarney. Quanto às propostas de modificação do anteprojeto da Constituinte que o Governo está preparando, ele afirmou que o Palácio do Planalto não tem nenhuma coisa específica para pedir aos líderes da Aliança Democrática. "O Presidente, acrescentou, tem responsabilidade como todos nós neste País, no sentido de que tenhamos uma boa Constituição".

Mas, se depender do presidente do PMDB e da Câmara, os trabalhos da Constituinte vão continuar, principalmente agora, quando Senado e Câmara estão de recesso. A Constituinte, disse Ulysses Guimarães, depois de Sarney embarcar, "é um órgão para manifestação, um pulmão, um órgão para manifestação do que acontece". Ele disse ainda ser contrário à paralisação porque "a Constituinte é uma solução e não um problema e toda a Nação está na expectativa das definições".

"Nós devemos, isso sim, se for possível, atuar para abreviar a elaboração da Constituição, o que eu acho possível", acrescentou Ulysses Guimarães, esclarecendo que a Constituição não pode sofrer solução de continuidade, paralisação. "Quero dizer que eu tenho sido exigente em matéria de prazo. Nós não perdemos um minuto sequer até aqui para elaborar a Constituição".

Sobre as críticas que o Presidente da República tem feito ao conteúdo do anteprojeto da Constituinte, Ulysses Guimarães, que substituirá Sarney na Presidência, durante poucas horas, disse que as propostas têm sofrido críticas, "quer seja do Presidente, quer de setores da sociedade".

Ele entende que o texto deve ser melhorado, suprir as lacunas e, inclusive, evitar que a Constituição seja extensa. "Temos que enxugar o texto. Mas, vamos fazer democraticamente isso, nas fases seguintes da elaboração da Constituição". Ulysses Guimarães disse desconhecer a existência da elaboração de uma Constituição paralela, explicando que não se deve pressionar os constituintes, embora as sugestões, do Presidente da República ou de qualquer cidadão, devam ser examinadas, imparcialmente, por parte da Constituinte, "mas eu não sei se há qualquer projeto em elaboração por parte do Governo".

## Richa: pausa para esfriar

A. C. SCARTEZINI  
Especial para o CORREIO

Há mais de um mês o senador José Richa não conversa pessoalmente com o seu amigo José Sarney, mas isso não impediu que o Presidente passasse ontem a trabalhar a favor da tese do senador sobre a suspensão dos trabalhos na Constituinte, num esforço para assegurar a estabilidade política. "Somos muito amigos, mas eu só converso com o Presidente quando ele me chama", confessou Richa que ainda não discutiu a tese com Sarney.

Mesmo assim, o senador despertou satisfeito, ontem, com a idéia de Sarney em chamar o deputado Ulysses Guimarães ao Alvorada para pedir-lhe que avaliasse mais profundamente a sua sugestão. "Na véspera, Ulysses condenou a tese, mas não sei ainda como vai ficar a posição dele depois da conversa com Sarney", surpreendeu-se Richa com a presença do presidente da Constituinte no Alvorada.

Outra avaliação que ainda não se firmou na cabeça de Richa envolve a reação do PMDB e da Constituinte ao encontro de ontem entre Sarney e Ulysses. "Não sei se a suspensão dos trabalhos e a conversa entre os dois vai dividir ainda mais o PMDB e a Constituinte ou contribuir para a unidade geral. O importante é fazer alguma coisa", defendeu o senador.

A suspensão dos trabalhos da Constituinte é a sua contribuição, porque a marcha da elaboração da nova Constituição caminha para uma radicalização cada vez maior. A prova disso é o anteprojeto, que resultou num amontoado de idéias e propostas que não guardam coerência e muito menos alguma dose razoável de harmonia.

Como se pretende que a Constituição seja permanente, aceita Richa a tese do governador Pedro Simon de que os constituintes não podem trabalhar em função da crise geral e profunda que envolve os brasileiros: "Do jeito em que as coisas caminham, a Constituição vai sair como fruto de um confronto provocado pela conjuntura, quando deveria ser o produto de um consenso estável", reclama o senador.

Um exemplo desse confronto é o próprio sistema de governo, peça básica da função de qualquer regime. Do jeito que as coisas marcham, o parlamentarismo pode sair na Constituinte como o sistema de governo preferido, mas por uma margem precária de 10 por cento de vantagem sobre o presidencialismo. Num confronto assim, como se pode pretender um sistema estável de governo?

A tese de Richa propõe, então, a pausa para esfriar as cabeças e meditar em torno de um projeto constitucional profundo que resulte do entendimento geral a respeito do que se pretende da nova Constituição em termos definitivos e não circunstanciais. "Apenas o entendimento pode evitar que se tenha uma Constituição disputada no voto de cada constituinte", prega Richa.

O entendimento seria a base geral para assegurar a estabilidade da transição democrática e evitar o mergulho numa crise muito mais ampla do que a deste momento — a qual, apenas por si, já não constitui o melhor ambiente para se fabricar uma Constituição. O golpe sobre as instituições pode ser a seqüência inevitável dessa atribulada linha de montagem constitucional.

## Lucena pede entendimento

Sustar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte para, em seu lugar, convocar o Congresso Nacional, sob o argumento de que é necessário debater as dificuldades econômicas do País, seria institucionalizar a atual crise, segundo disse ontem em Brasília o senador Humberto Lucena, presidente do Senado.

Na opinião do presidente do Congresso, as preocupações de Richa são procedentes, mas, não obstante, seria um erro paralisar a Constituinte. Ele acha que, paralelamente aos trabalhos de redação da futura Carta, neste instante concentradas apenas na Comissão de Sistematização, os constituintes poderiam voltar-se para o exame de entendimentos de caráter interpartidário, visando exatamente contornar as "dificuldades políticas que aí estão" e que, ainda a seu ver, têm raízes na economia.

Da mesma forma, o primeiro secretário do Senado, Jutahy Magalhães (PMDB-BA), declarou-se contrário à tese de José Richa.

No seu entender, seria muito mais interessante e proveitoso acelerar os trabalhos da Constituinte, como uma das fórmulas para superar a crise econômica do País.



Lucena teme agravar a crise

## Lideranças são contra recesso

Todas as lideranças partidárias na Constituinte rejeitaram ontem, por unanimidade, a proposta de paralisação da Assembléia nos termos sugeridos pelo senador José Richa. A decisão foi adotada em reunião realizada no gabinete do presidente Ulysses Guimarães, à qual apenas o PL não compareceu. Ficou acertado também que nessa fase de elaboração da nova Carta não serão aceitas emendas de mérito nem substitutivos.

Os líderes aprovaram ainda a sugestão de que Ulysses Guimarães procure o ministro Paulo Brossard a fim de transmitir o apelo de que a agressão ao presidente Sarney e sua comitiva, no Rio na semana passada, não seja punida pela Lei de Segurança Nacional. O deputado anunciou que cumprirá a missão logo.

Foi uma reunião que demorou pouco, mas de acordo com Aldo Arantes PC do B-GO, os líderes pretendem repetir encontros semelhantes a fim de dar continuidade aos debates e definir o processo de decisão suprapartidária nas questões que serão votadas na Assembléia Nacional Constituinte.

O vice-líder do PDT, Vivaldo Barbosa (RJ), sugeriu ainda — mas não houve decisão — que Ulysses Guimarães requiescesse uma cadeia de rádio e televisão para oferecer à Nação explicações a respeito da orquestração que se faz contra a Assembléia Nacional Constituinte.

O deputado Ulysses Guimarães assinalou que, enquanto não esgotar a missão de escrever a nova Constituição, a Assembléia não poderá parar um dia sequer. Isso, frisou, "com todo o respeito que tenho pelo senador José Richa, mas não aceito a interrupção dos trabalhos". Ele acha também que as manifestações de interesse nacional passam pelo plenário constituinte e podem ser debatidas lá sem qualquer problema.

Por essa razão, anunciou que manterá todos os prazos para apresentação de emendas e início dos debates em plenário do texto da Comissão de Sistematização. Segundo Ulysses Guimarães, que desconhece a elaboração de um substitutivo pelo Governo, a Constituinte é soberana para decidir sobre tudo, "venha o trabalho de onde vier".

Ulysses explicou que realmente havia decidido aceitar emendas quanto ao mérito apenas para a Comissão da Família, Educação, da Ciência, Tecnologia e da Comunicação — porque não foi aprovado nenhum parecer. Contudo, as lideranças partidárias se manifestaram contra isso por unanimidade e, garantiram que essa é a decisão que vai prevalecer.

Os líderes saíram satisfeitos do encontro. Na definição de José Lourenço, do PFL, foi uma decisão de bom senso. Brandão Monteiro, do PDT, tem opinião semelhante, mas quer agilizá-los os entendimentos a fim de que essas reuniões se repitam com frequência. O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, resumiu: "Todo mundo é contra parar a Constituinte", mas depois disse que entendia a proposta do senador Richa como intenção de trazer outros temas essenciais ao debate, sem a suspensão total dos trabalhos.

## Grupos do PMDB e PFL negociam consenso

Parlamentares progressistas do PMDB e do PFL reuniram-se anteontem à noite, iniciando um ciclo de encontros cujo objetivo é identificar pontos convergentes de forma que seja possível definir soluções para questões fundamentais da nova Carta Constitucional em consenso e fugindo ao atual maniqueísmo que divide os constituintes entre a esquerda e a direita.

Participaram da reunião, pelo PFL, os deputados Saulo Queiroz (MS) secretário-geral do partido, Jaime Santana (MA), Lúcio Alcântara (CE) Alcenir Guerra (PR) e José Jorge (PE), além do senador Guilherme Palmeira (AL), e, pelo PMDB, os deputados Euclides Scalco (PR), 1º secretário do partido, Paulo Macarini

(SC), vice-líder na Constituinte, Pimenta da Veiga (MG), e Miro Teixeira (RJ).

### DOCUMENTO

Os participantes chegaram ao consenso de que é indispensável o entendimento para se chegar a uma Constituição que represente uma média das aspirações nacionais. E concluíram que a decisão pelo voto, dependente de maiorias eventuais, produzirá um texto de má qualidade, além de contraditório e até retrógrado.

Alguns exemplos foram invocados, como a reforma agrária, imposta na Comissão de Ordem Econômica pela maioria precária e que está contida em limites mais estreitos do que o próprio Estatuto da Terra, elaborada aos tempos do Governo do

marchal Castello Branco.

O processo constituinte não pode continuar sujeito, segundo os participantes da reunião, ao verdadeiro cabo de guerra em que têm consistido os conflitos entre a esquerda e a direita. Faz-se necessário buscar soluções de meio termo, que se traduziriam por dispositivos reformistas, mas equilibrados entre os dois extremos.

Chegou-se à conclusão de que será preciso ampliar esse grupo de parlamentares para novas reuniões que serão realizadas na próxima semana. Um dos participantes disse que todos vão elaborar um conjunto de 15 a 20 pontos cruciais da nova Constituição "para que seja possível negociar os pontos convergentes".

— Há necessidade de apurar

uma vontade majoritária na Constituinte, de forma que tenhamos possibilidades de fazer uma aliança das forças progressistas, mas em posição equilibrada — disse um dos que participaram do encontro de anteontem.

### RECESSO

O deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP), vice-líder em exercício do PT, disse que a proposta do senador José Richa (PMDB-PR) de suspender a Constituinte é um verdadeiro absurdo.

Para o deputado paulista, a proposta traz uma enorme contradição, a partir do momento que sugere a interrupção dos trabalhos para discutir a crise nacional.